

Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)

Governo

- O governo do Estado admite os excelentes resultados da companhia em 2016: R\$ 1,8 bilhão de receita líquida e R\$ 923,7 milhões de lucro líquido, mas argumenta que a “estrutura operacional pesada” limita a capacidade de a CEEE Geração e Transmissão operar com lucro.
- O governo, como acionista majoritário, não dispõe dos recursos necessários para investir na companhia.
- Conforme o secretário de Minas e Energia, Artur Lemos, a antecipação da renovação da concessão ocorrida em 2012 gerou prejuízos de R\$ 300 milhões ao ano.
- As concessões são por prazo determinado.
- A estrutura de pessoal, 1.681 funcionários, está ‘dissociada do real’, sendo necessário ampliar os desligamentos, mas, por se tratar de uma empresa pública, não há segurança jurídica para isso.

Há possibilidade de vencimentos antecipados de empréstimos que a companhia possui junto ao BNDES, BID e AFD, superiores a R\$ 600 milhões.

- Possui uma estrutura de pessoal cara e inadequada e a burocracia emperra a definição de critérios técnicos.
- Apresenta despesas não previstas na tarifa, como os pagamentos a ex-autárquicos, e convenções coletivas que prejudicam o desempenho financeiro.
- Não pode contar com a segunda ação judicial da Conta de Resultados a Compensar (CRC-2), na qual o Estado solicita indenização de R\$ 8 milhões à União, porque a primeira ação tramitou por 19 anos.
- A companhia é deficitária, tendo registrado prejuízo de R\$ 527 milhões no ano passado. O secretário de Minas e Energia, Artur Lemos, cita parte do documento da Superintendência de Fiscalização Econômica da Aneel, no qual consta que “em termos econômico financeiros a CEEE-D não é capaz de suprir as despesas operacionais apenas com as receitas da atividade, o que torna muito difícil a sustentabilidade da empresa”.
- Tem um passivo de R\$ 1,6 bilhão (sendo R\$ 355 milhões com a CEEE Geração e Distribuição, R\$ 611 milhões de passivo judicial, R\$ 529 milhões com ex-autárquicos e R\$ 531 milhões com a Fundação CEEE). A dívida líquida é de R\$ 2,9 bilhões.
- Corre o risco de perder a concessão caso apresente dois anos sucessivos de prejuízo ou não cumpra as metas estabelecidas para a renovação por 30 anos da concessão, ocorrida em dezembro de 2015. O governo informa que não tem condições de investir na companhia e que a gestão chegou ao limite.
- Caso novos investimentos não forem iniciados, há risco da qualidade do serviço se deteriorar.
- Pelos cálculos do governo, seria necessário um aporte de R\$ 805 milhões até junho para manter a meta financeira estabelecida na renovação da concessão. O governo argumenta que a sugestão de venda de participações da CEEE Geração e Distribuição geraria cerca

de R\$ 1 bilhão, mas o valor não poderia ser repassado diretamente à CEEE Distribuição. Precisaria ser distribuído entre os acionistas, sendo que o aporte financeiro à CEEE-D caberia apenas ao controlador, no caso o Estado. E a parte deste nas vendas equivaleria a R\$ 650 milhões.

- Possui uma estrutura de pessoal cara e inadequada e a burocracia emperra a definição de critérios técnicos.
- Apresenta despesas não previstas na tarifa, como os pagamentos a ex-autárquicos, e convenções coletivas que prejudicam o desempenho financeiro.
- Não pode contar com a segunda ação judicial da Conta de Resultados a Compensar (CRC-2), na qual o Estado solicita indenização de R\$ 8 milhões à União, porque a primeira ação tramitou por 19 anos.

Frente Parlamentar e Unipro

- A proposta do governo carece de argumentação técnica. Como a acionista controlador, o Estado deveria preliminarmente esclarecer o conteúdo técnico junto a mercado, credores e acionistas minoritários. Há risco de instabilidade às operações correntes da companhia.
- A empresa é superavitária. O lucro líquido de R\$ 923,7 milhões em 2016 foi muito superior ao de 2015, de R\$ 84,9 milhões. O aumento decorre, em parte, da indenização de ativos não depreciados das linhas de transmissão, em função da antecipação da renovação da concessão ocorrida em 2012. A indenização, de cerca de R\$ 1,3 bilhão, será paga pela União em até oito anos, garantindo receitas de R\$ 120 milhões ao ano.
- A CEEE-GT possui grande quantidade de obras em andamento a concluir. Tão logo entrem em operação acrescentarão receitas à companhia.
- A GT gera 18% da energia hídrica do Estado, tem 15 usinas próprias e potência instalada de 1,4 GW, além de 54 estações próprias de transmissão e 5,8 mil quilômetros em linhas de transmissão. Detém 10% do complexo eólico de Osório, R\$ 130 milhões em letras do Tesouro e participa em 18 sociedades de propósito específico.
- Em 1998 a Aneel autorizou a redução de capital da companhia no valor de R\$ 415 milhões (R\$ 6,3 bilhões em valores atualizados), com restituição aos acionistas das partes proporcionais, retirados da concessão para aplicação em outras finalidades.
- Os compradores não vão absorver o passivo, que é superior ao informado pelo governo.
- A CEEE-D tem 72 mil quilômetros de linhas de transmissão, atende a 4,8 milhões de consumidores e seus indicadores técnicos são os melhores dos últimos 15 anos. Sobre a falta de condições de sustentabilidade apontada em relatório da Aneel, os técnicos fazem um desafio as empresas privadas, assegurando que nenhuma passa na 'métrica' criada pela agência.
- Os custos operacionais apresentam queda. A companhia obteve cerca de R\$ 3 bilhões em indenização da União com o CRC-1 (referente ao período 1981/1993) em 2012 e deve projetar o CRC-2 (referente ao período 1993/dias atuais) como receita futura.
- É viável injetar recursos na CEEE-D através da autorização para que a CEEE-GT aliene participações acionárias que possui em outras sociedades. As participações somam entre

R\$ 1,8 bilhão e R\$ 2,4 bilhões, e não R\$ 1 bilhão, o que eleva a parte do controlador para entre R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, valor suficiente para cumprir com as metas da renovação da concessão. Um projeto de lei de autoria do deputado Ciro Cimoni (PDT), o PL 260/2016, que autoriza a alienação total ou parcial das participações da CEEE-GT, aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa.

- O Grupo CEEE foi o que mais investiu em distribuição de energia no Brasil nos últimos quatro anos, com investimentos acumulados de R\$ 2 bilhões, e que passaram a remunerar a empresa a partir de novembro do ano passado.
- A CEEE ainda sofre as consequências do processo parcial de privatização ocorrido em 1997, quando perdeu dois terços de suas receitas e ficou com 88% dos passivos, comprometendo sua capacidade de investimento. Conforme os cálculos da Frente Parlamentar em Defesa da CEEE Pública a primeira privatização retirou da companhia R\$ 2,1 bilhões (R\$ 32,3 bilhões em valores atualizados pela Selic).

Companhia de Gás do Estado do RS (Sulgás)

Governo

- A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás) é lucrativa, mas está no limite de sua capacidade de fornecimento, limitada pelo que recebe por meio do gasoduto Brasil/Bolívia, o que é equivalente a 2 milhões de metros cúbicos/dia.
- O secretário Estadual de Minas e Energia, Artur Lemos, comparou o consumo do Rio Grande do Sul ao da Bahia, informando que o gaúcho é menor porque só há um fornecedor e a única estrutura é o gasoduto
- A empresa tem perda potencial de arrecadação de ICMS de R\$ 95 milhões ao ano porque o gás é importado da Bolívia e entra pelo Mato Grosso do Sul.
- A empresa tem investimentos restritos em expansão. Tentou a emissão de R\$ 240 milhões em 2015, mas não obteve aprovação plena do BNDES, que só autorizou R\$ 138 milhões para investimentos até 2018.
- A companhia não terá capacidade de atender a futura demanda. Foi ineficaz na diversificação de seus fornecedores, e não apresentou um plano de expansão agressivo, que incluiria gás natural liquefeito (GNL) e gás a partir do carvão
- A Sulgás não tem como aumentar a oferta que se daria através da construção do terminal de regaseificação no município de Rio Grande, de um gasoduto entre Rio Grande e Porto Alegre e do aumento da rede de distribuição. Pelos cálculos apresentados pela Secretaria Estadual de Minas e Energia, o gasoduto custaria R\$ 970 milhões.

Assulgás

- Não é verdade que a Sulgás está no limite de fornecimento. A empresa tem capacidade não utilizada do gasoduto Brasil/Bolívia de 31%. Pode receber gás dos poços da Petrobras e via terminal de GNL da baía de Guanabara, mas compra de onde é mais vantajoso.
- A comparação com a Bahia integra análise equivocada. O consumo depende de uma série de variáveis. Para se ter uma ideia, o terceiro maior consumidor do Brasil é o Maranhão.

- Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, RS e São Paulo recebem gás da Bolívia via MS em função da infraestrutura existente. A questão do ICMS não mudaria caso a privatização ocorresse.
 - A empresa não tem investimentos restritos em expansão. O fato é que o RS, sozinho, não tem demanda para viabilizar um terminal de GNL, a não ser que exista um grande consumidor âncora, como ocorreria em Rio Grande, com a térmica da Bolognesi. Sobre o BNDES, não foi o banco que restringiu o valor. Foi a Sulgás que solicitou redução.
 - O repasse de juros para os acionistas aumenta ano a ano. A empresa tem estrutura enxuta, não possui capital imobilizado, não recebe aporte do Estado e fechou 2016 com lucro líquido de R\$ 130,7 milhões, praticamente o dobro dos R\$ 68,5 milhões registrados em 2015 e recorde na empresa.
 - O projeto de GNL e de um terminal de regaseificação em Rio Grande é federal, com leilão vencido pela Bolognesi. A Sulgás fez sua parte: projetou a rede do terminal de GNL até a térmica e solicitou o licenciamento. Agora aguarda a concretização do terminal e da térmica para construir o gasoduto. Isto também não mudaria com a privatização. O valor que o governo divulga para a construção do gasoduto Rio Grande/Porto Alegre, de R\$ 970 milhões, está incorreto. O valor correto é R\$ 450 milhões, para o caso de ele atender outros estados além do RS, e de R\$ 263,7 milhões para atender apenas ao RS. A Assulgás esclarece que, no primeiro caso, a execução teria que ocorrer obrigatoriamente via licitação do Ministério de Minas e Energia. E destaca que a Sulgás tem plenas condições financeiras para fazer ambos os empreendimentos.
-

Companhia Riograndense de Mineração (CRM)

Governo

- A CRM é deficitária, tendo registrado R\$ 31,8 milhões de prejuízo financeiro no ano passado.
- É dependente de um único cliente, a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), controlada pela União, e que também enfrenta dificuldades financeiras.
- CGTEE quer renegociar o contrato, reduzindo o fornecimento da CRM de 3 milhões de toneladas/ano para 1,2 milhão de toneladas em 2017.
- A aplicação unilateral de preço que a CGTEE quer impor à CRM inviabiliza as atividades da companhia a partir de maio, o que começará a gerar atraso no pagamento de fornecedores e nos salários dos funcionários.
- O mercado de carvão é restrito e o custo de extração alto.

A estrutura de pessoal é pesada. A companhia precisa reduzir seu quadro em 44% e, para isso, necessita de aproximadamente R\$ 20 milhões para as indenizações.

- A companhia não dispõe de recursos para investir em projetos de uso diversificado do carvão, como a gaseificação. O Estado quer evitar ter que aportar recursos.
-

Frente Parlamentar

- A Companhia Riograndense de Mineração se tornou deficitária no atual governo.
- A companhia é de economia mista, controlada pelo Estado, mas ele não aporta recursos nela.
- Os contratos com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) são de longo prazo (até 2024) e estabelecem que o pagamento deve ocorrer mesmo que a compradora não tenha demanda.
- De fato, quem paga pelo carvão é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).
- O Estado tem condições de desenvolver projetos ou fazer parcerias para a gaseificação de carvão.
- O carvão passa a ter grande valor a partir do momento em que o governo federal realiza leilões A-5. Há uma estratégia casada que inclui a “desidratação” da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e também a privatização da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Tão logo as empresas forem vendidas o governo deve reabrir os leilões A-5.